

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015

1

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015	Emenda nº 1 – CCJ
	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
A Lei nº 4.737, de 15 de maio de 1965 – Código Eleitoral	Art. 1º A <u>Lei nº 4.737, de 15 de maio de 1965 – Código Eleitoral</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 84. A eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, obedecerá ao princípio da representação proporcional na forma desta lei.	“Art. 84. A eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais dos municípios com até 200.000 (duzentos mil) eleitores obedecerá ao princípio da representação proporcional, na forma desta lei.” (NR)	
	“Art. 84-A. Nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores, a eleição para a Câmara Municipal será realizada pelo sistema majoritário uninominal.	
	§ 1º O número de distritos eleitorais será igual ao número de vagas na Câmara Municipal.	
	§ 2º O partido ou a coligação poderá registrar apenas um candidato a vereador por distrito eleitoral.	
	§ 3º Cada vereador será eleito com um suplente, que será convocado nos casos de renúncia, falecimento ou afastamento do cargo pelo titular.	
	§ 4º Os distritos eleitorais serão fixados pelos Tribunais Regionais Eleitorais, observados a contiguidade territorial e igualdade do voto, bem como os termos de regulamento expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral.	
	§ 5º A diferença numérica entre o contingente eleitoral do distrito mais populoso e do menos populoso não poderá exceder cinco por cento, no mesmo município.	



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015

2

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015	Emenda nº 1 – CCJ
	§ 6º Em caso de vacância do cargo, serão convocadas novas eleições no distrito respectivo.”	
Art. 85. A eleição para deputados federais, senadores e suplentes, presidente e vice-presidente da República, governadores, vice-governadores e deputados estaduais far-se-á, simultaneamente, em todo o País.		
Art. 86. Nas eleições presidenciais, a circunscrição serão País; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo município.	“ Art. 86. Nas eleições presidenciais, a circunscrição será o País; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo município ou o distrito, conforme o caso.” (NR)	
Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997	Art. 2º A <u>Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.	“ Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais onde houver eleições proporcionais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.” (NR)	
Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.	“ Art. 47.	
§ 1º	§ 1º	
.....	
	VIII – nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores não será destinado tempo de propaganda de rádio e televisão para os candidatos a vereador.” (NR)	Suprima-se o inciso VIII do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015.
	Art. 3º Para a aplicação do sistema majoritário nas eleições municipais de 2016, a constituição dos	



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015

3

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015	Emenda nº 1 – CCJ
	distritos eleitorais deverá ser regulamentada até o prazo a que se refere o art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.	
	Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	

